

HIROSHIMA E NAGASAKI

A barbárie atômica



Conselho Editorial da LF Editorial

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Edgardo Loguercio

HIROSHIMA E NAGASAKI

A barbárie atômica

Série | **Saber
& Crítica** 5



2025

Copyright © Edgardo Loguercio
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Loguercio, Edgardo
Hiroshima e Nagasaki: a barbárie atômica / Edgardo Loguercio. –
São Paulo: LF Editorial, 2025. – (Série saber & críticas; 5)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-628-4

1. Bomba atômica 2. Hiroshima (Japão) - História - Bombardeio, 1945
3. Nagasaki (Japão) - História - Bombardeio, 1945 I. Título. II. Série.

25-282726

CDD-940.5425

Índices para catálogo sistemático:
1. Bomba atômica: Japão: História 940.5425

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9580

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

*Nunca se pode dar por concluída a realidade de Hiroshima,
a não ser que se feche os olhos, se tape os ouvidos e se
morda a língua.*

(Kenzaburo Oe, Cadernos de Hiroshima)



Sumário

Introdução	9
O cenário	12
A decisão.....	47
O crime.....	78
A ferida aberta.....	109
Epílogo.....	144
Nota bibliográfica	148
Sobre o autor	156





Introdução

Em 6 e 9 de agosto de 1945, as cidades de Hiroshima e Nagasaki foram devastadas por bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos, no maior crime de guerra da história moderna. Os bombardeios causaram uma devastação instantânea e um número assustador de vítimas. Em Hiroshima, com uma população estimada em 340 mil habitantes, cerca de 150 mil pessoas morreram e 78 mil ficaram feridas. Três dias depois, em Nagasaki, de uma população de 240 mil pessoas, 73 mil foram mortas, com 75 mil feridos adicionais. A amplitude da devastação e seus efeitos impedem um cálculo preciso do número de vítimas. O total de sobreviventes de ambos os ataques que enfrentaram graves sequelas superou as 210 mil pessoas. As vítimas foram principalmente civis, em sua maioria trabalhadores, expostos à destruição massiva e aos efeitos prolongados da radiação, sem recursos para enfrentar a catástrofe.

Este livro se interroga sobre o significado desse crime não apenas do ponto de vista moral, mas também como problema histórico: Por que a arma nuclear foi utilizada em um momento em que a derrota do Japão era iminente? Que objetivos eram perseguidos ao destruir duas cidades habitadas por civis? Que papel desempenharam nessa decisão o cenário político global e o conflito entre as grandes potências? Ao contrário de outros episódios da guerra, o bombardeio atômico não pode ser compreendido exclusivamente como uma operação bélica. Os bombardeios inauguraram, além disso, um novo princípio de poder, subordinando a política mundial à ameaça de aniquilação instantânea.

O estudo não se limita às esferas diplomática ou militar, mas busca reconstruir as determinações estruturais que confluíram na decisão de lançar as bombas: a escalada belicista dos Estados Unidos, a avançada burocratização da União Soviética, a disputa pela partilha do mundo, e a ascensão de movimentos de massas na Europa e na Ásia. A destruição de Hiroshima e Nagasaki não foi um fato isolado, mas a confirmação violenta e extrema — no cenário final — da Segunda Guerra Mundial como expressão, de princípio a fim, da decadência histórica do capitalismo. Os bombardeios atômicos foram, ao mesmo tempo, o ponto de partida de um sistema mundial de dominação liderado pelos Estados Unidos onde a retórica democrática passou a funcionar como cobertura ideológica para o mais bárbaro terror imperialista.

Na controvérsia histórica sobre o uso das bombas atômicas, o ponto de vista das classes oprimidas tem estado notavelmente ausente. No entanto, elas não foram apenas as principais vítimas, mas a própria concepção de uma arma devastadora visava provocar um efeito desmoralizador sobre as massas. A bomba atômica nada mais é do que a realização efetiva do impulso militarista que caracteriza o imperialismo como fenômeno contemporâneo, e do uso bárbaro e perverso dos avanços científicos postos a serviço da dominação capitalista. Por esse motivo, o ponto de vista da classe trabalhadora é a condição para uma compreensão profunda do sentido histórico de Hiroshima e Nagasaki, a partir do qual se revelam os verdadeiros interesses e contradições que estruturaram o conflito.

O percurso do livro se organiza a partir das mediações necessárias para situar o acontecimento na totalidade histórica. A primeira parte, *O cenário*, reconstrói a natureza da Segunda Guerra Mundial, desde suas causas estruturais até a emergência

de uma nova tecnologia de poder vinculada à energia nuclear, com ênfase nos principais protagonistas do drama final: os Estados Unidos, o Japão e a União Soviética. A segunda parte, *A decisão*, examina o processo que levou ao uso das bombas atômicas, no contexto do deslocamento do eixo estratégico estadunidense da confrontação com o Eixo para a disputa com a URSS, e das perspectivas revolucionárias abertas pelo desmoronamento dos regimes fascistas. A terceira parte, *O crime*, reconstrói os bombardeios, seus efeitos imediatos, os testemunhos dos sobreviventes, e suas consequências sociais e políticas. A quarta e última parte, *A ferida aberta*, aborda a reconfiguração do sistema mundial, o desenvolvimento da era nuclear, a censura e a luta pela memória. Em um momento em que a ameaça nuclear volta a ocupar as manchetes dos jornais, a consciência histórica e a compreensão do significado político da barbárie atômica não constituem um mero exercício comemorativo, mas uma imperiosa necessidade crítica.

O cenário

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um conflito inter-imperialista e, ao mesmo tempo, de agudos enfrentamentos de classe em escala global. A economia armamentista na década anterior à guerra e, depois, a própria economia de guerra, foram a única saída para a crise da economia capitalista mundial iniciada em 1929. O fato de a Segunda Guerra ter sido a única solução possível para a crise econômica marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra (1914-1918), na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas. Agora tratava-se de anexar à debilitada máquina capitalista um respirador artificial que seria, dali em diante, uma peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial. Por outro lado, o objetivo de destruir a União Soviética (URSS) para interromper o processo revolucionário iniciado em 1917 foi um fator que condicionou todo o conflito, desde muito antes de seu início.

A crise orgânica do capitalismo, que se manifestava em profundas convulsões sociais, exigia, da perspectiva burguesa, um endurecimento reacionário dos regimes políticos. A pequena burguesia, entre o empobrecimento crescente e a ascensão das tendências fascistas na década de 1930, e frente à incapacidade do movimento operário de lhe oferecer uma alternativa, acabou se inclinando para a contrarrevolução. A combinação de crise capitalista e derrotas do proletariado (Alemanha, China, França, Espanha) culminou inevitavelmente em uma nova guerra mundial, que, por sua vez, agudizaria extraordinariamente as contradições de classe. O caráter inevitável da guerra confirmava que

as condições materiais para o socialismo estavam mais do que maduras, como já haviam revelado a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro. Nas vésperas da Segunda Guerra, a URSS estava seriamente em perigo tanto pelo isolamento da revolução e sua principal consequência, o surgimento do estalinismo, quanto pela vitória do nazismo na Alemanha, após a derrota do proletariado mais poderoso e organizado do Ocidente.

Do ponto de vista das contradições estratégicas dentro do sistema imperialista, a causa da Segunda Guerra Mundial foi a rivalidade entre potências coloniais consolidadas, como Grã-Bretanha e França, e potências imperialistas emergentes ou atrasadas, como Alemanha e Itália. Essa disputa não constituía uma novidade histórica, mas a continuação, sob novas condições, das tensões que já haviam desencadeado a guerra de 1914-1918, cuja contradição econômica central foi o enfrentamento entre a hegemonia britânica e a ascensão industrial alemã. A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra havia respondido a uma lógica preventiva, a de garantir o equilíbrio do sistema mundial de acumulação em um momento de ameaça estrutural.

Na Segunda Guerra, a participação dos Estados Unidos também foi preventiva, mas central, embora existisse uma forte corrente “isolacionista” na classe dominante norte-americana. No entanto, os fundamentos da potência imperialista tinham um horizonte mundial, tornando impossível que ficara fora do conflito. Até dezembro de 1941, quando ocorreu o ataque japonês a Pearl Harbor, que marcou sua entrada formal na guerra, a política norte-americana em relação ao Japão e à Alemanha era ambígua. A raiz dessa política reside na própria natureza do conflito mundial. “O fato novo é que, em sua tentativa de revisão (da Paz de Versailles), a Alemanha de Hitler se beneficia indiretamente

da existência da URSS, e de que os governos ocidentais sempre consideraram seriamente as possibilidades de desviar o expansionismo alemão em direção à URSS, em benefício de todos eles, o que explica uma política que de outro modo seria incompreensível. A Segunda Guerra Mundial constitui a continuidade tanto da Primeira Guerra quanto da tentativa dos imperialismos unidos para derrotar a revolução nos países europeus, destruindo militarmente a Revolução Russa por meio da intervenção armada na Guerra Civil”, aponta Pierre Broué.

Nesse contexto, a definição da Segunda Guerra Mundial como um enfrentamento entre democracia e fascismo, alardeada pelo imperialismo anglo-saxão, era uma construção ideológica destinada a encobrir os interesses materiais em jogo. O mesmo governo britânico que proclamava a defesa da democracia foi o que facilitou a ascensão de Hitler ao poder, apoiando-o diretamente em sua consolidação interna e em seus primeiros movimentos de expansão. A ordem democrática na Inglaterra, França, Holanda ou Bélgica se sustentava sobre a exploração sistemática dos povos coloniais. A democracia estadunidense, por sua vez, erigia-se sobre o controle dos vastos recursos de todo o continente americano. A guerra, nesse contexto, não foi a luta dos povos livres contra a barbárie, mas uma nova reconfiguração violenta da ordem mundial.

Na União Soviética, o abandono do internacionalismo revolucionário significou a renúncia à perspectiva mundial da revolução e sua substituição pela doutrina do “socialismo em um só país”. Essa virada implicou deixar de lado a luta por estender a revolução a outros países, substituindo-a por uma política de pressão diplomática sobre as burguesias e de apelos à “solidariedade” proletária com o Estado soviético. A política de Frente

Popular imposta aos partidos da III Internacional em meados da década de 1930 teve sua continuidade nos acordos com várias potências imperialistas: em 1935, o pacto Laval-Stalin, que desarmou o proletariado francês para lutar contra o militarismo de sua burguesia; em 1939, o pacto Hitler-Stalin, que deu o sinal verde para a invasão da Polônia pela Alemanha; e em 1941, o Pacto de Neutralidade URSS-Japão, nas vésperas da invasão nazista à União Soviética. A política externa da URSS foi um complemento necessário da política que, no plano interno, levou à aniquilação da “velha guarda” bolchevique nos “Processos de Moscou” de 1936/1938, e ao descabeçamento do Exército Vermelho em 1937.

A Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo inter-imperialista e contrarrevolucionária, estava carregada de potencial revolucionário. Tanto os líderes das potências imperialistas, sem exceção, quanto o próprio Stalin, temiam a possibilidade de que se repetissem os mecanismos políticos que, durante a Primeira Guerra, haviam possibilitado a Revolução de Outubro. Diferentemente da Primeira Guerra, que resultou na primeira revolução proletária vitoriosa sob direção dos bolcheviques, a referência para as massas operárias nas lutas prévias e posteriores à Segunda Guerra Mundial foi o estalinismo. As consequências dessa situação se fariam evidentes no desenvolvimento da crise revolucionária no pós-guerra.

Tambores de Guerra

A assinatura do Pacto Anti-Comintern, em novembro de 1936, foi uma das primeiras expressões políticas de um bloco militarista que começava a prenunciar a Segunda Guerra Mundial. O Terceiro Reich e o Japão Imperial subscreveram um acordo

dirigido explicitamente contra a III Internacional Comunista (Comintern). Ambos os países compartilhavam, por outro lado, uma aversão à Sociedade das Nações, da qual haviam se retirado em 1933. No Pacto, Alemanha e Japão concordaram em compartilhar informações sobre as atividades da Comintern e planejar operações contra ela, além de abrir a possibilidade de ampliar o acordo a outros países “cuja paz interna se veja ameaçada pelas atividades disruptivas da Internacional Comunista”. Um ano depois, em novembro de 1937, a Itália de Mussolini juntou-se ao Pacto Anti-Comintern, e outros países (Espanha, Hungria, Manchukuo) o fizeram em seguida. Com a ratificação do pacto em 1941, já em plena Guerra Mundial, iam se somar Bulgária, Croácia, Dinamarca, Finlândia, China (Nanquim), Romênia e Eslováquia.

A reação dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha foi inicialmente cautelosa em relação ao Pacto. A administração Roosevelt observou com desconfiança a aproximação entre Alemanha e Japão, mas evitou ações concretas que pudessem ser interpretadas como um confronto direto. Londres inicialmente subestimou sua importância, interpretando-o mais como uma declaração retórica anticomunista do que como uma verdadeira ameaça estratégica. Os círculos diplomáticos britânicos, ainda comprometidos com a política de apaziguamento em relação à Alemanha e à Itália, preferiram ver o acordo como um assunto regional entre Berlim e Tóquio, sem implicações diretas para seus interesses imperiais na Ásia ou na Europa. Os *tories* haviam visto com bons olhos o surgimento das forças contrarrevolucionárias na Europa continental. A adesão da Grã-Bretanha ao Pacto Anti-Comintern estava inclusive no plano original do chanceler alemão Ribbentrop, embora o convite nunca tenha se materializado. Em 1938, o

primeiro-ministro Chamberlain promoveu o Pacto de Munique, subscrito entre o Reino Unido, França, Alemanha e Itália, que permitiu ao Reich anexar os Sudetos (na Tchecoslováquia) em troca de uma promessa de paz. O Reino Unido e a França apostavam que, uma vez satisfeitas suas demandas territoriais, Hitler direcionaria sua expansão para o Leste, contra a URSS.

Churchill, líder da linha-dura dos conservadores, elogiava Mussolini por sua luta contra o comunismo na Itália. Em 1927, chegou a dizer que o fascismo havia “servido a todo o mundo” ao frear a expansão do bolchevismo e que, se fosse italiano, teria estado com o Duce “do princípio ao fim em sua luta triunfante contra os apetites e paixões bestiais do Leninismo”. Até meados dos anos 30, Churchill temia muito mais uma vitória de Trotsky e do bolchevismo do que de Hitler e do nazismo. Essa atitude não era exclusiva dele, mas refletia uma visão comum entre as burguesias europeias, que só mudaram sua postura diante de Hitler quando ele começou a mostrar um expansionismo militar concreto. Churchill tornou-se um detrator da política de apaziguamento em relação aos nazistas em 1936, e seus discursos no Parlamento britânico alertavam sobre o rearmamento alemão e o perigo de uma nova guerra. A invasão japonesa da China (1937) e a anexação alemã da Áustria (1938) haviam mostrado que o Pacto Anti-Comintern ia além da retórica ideológica, mas nem Londres nem Washington adotaram medidas contundentes até que o Pacto Tripartite (setembro de 1940) entre Alemanha, Itália e Japão deixou clara a convergência estratégica do Eixo, evoluindo para uma aliança militar mais ampla. Embora o Pacto Anti-Comintern tenha estendido sua cooperação não só contra a URSS, mas também contra os Estados Unidos e as potências aliadas, continuou sendo um símbolo-chave da unidade ideológica inicial do Eixo,

baseada no anticomunismo, no autoritarismo militarista e no rechaço à ordem internacional do primeiro pós-guerra.

O Japão Imperial

Ao emergir como potência imperialista no final do século XIX, o Japão encontrou um mundo em grande parte já partilhado entre seus rivais. Os japoneses, além disso, tiveram que construir seu Império a partir de uma base econômica extremamente fraca. Sem matérias-primas cruciais como carvão, ferro, cobre, petróleo e algodão, viram-se obrigados a buscar esses recursos para além de suas fronteiras naturais. A era do imperialismo japonês iniciou-se com a Primeira Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895, na qual o Japão derrotou a China e se apoderou da Coreia e de Formosa. Uma década mais tarde, o Japão venceu a Rússia czarista, assumindo a esfera de influência desta última na Manchúria do Sul. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão apresentou a uma China debilitada as infames “Vinte e Uma Demandas”, destinadas a submetê-la ao seu controle. A China aceitou sob pressão conceder ao Japão direitos sobre Shandong, sua influência na Manchúria e Mongólia Interior, privilégios econômicos no vale do Yangtsé, e o compromisso de não conceder novas vantagens a outras potências. No entanto, a China rejeitou o controle japonês sobre a polícia, assessores no governo e participação na indústria militar, o que a teria transformado em um protetorado japonês, e experimentou uma forte reação nacionalista.

Na conferência de Versailles (1919), em que as Potências Aliadas na Primeira Guerra dividiram o mundo, o Japão, como parceiro menor, recebeu apenas uma ínfima parte do butim de guerra. Depois de ceder ao Japão algumas ilhas do Pacífico que

anteriormente estavam em mãos da Alemanha, os imperialistas Aliados o obrigaram a evacuar Shantung. Também forçaram o Japão a retirar suas tropas das províncias marítimas da Sibéria, onde haviam integrado as forças intervencionistas contra o primeiro Estado operário surgido da Revolução de Outubro. Esses acontecimentos coincidiram com a imposição de barreiras protecionistas estabelecidas nos países ocidentais, desferindo ao Japão um golpe duplo na frente econômica. O protecionismo não só restringiu o comércio japonês, mas também ameaçou seu suprimento de matérias-primas. Os golpes ao comércio levaram a um esgotamento das reservas de ouro do país. Uma aguda crise monetária refletiu a fraqueza da estrutura econômica japonesa, que foi ainda mais danificada pelo desastroso terremoto de 1933. O capitalismo japonês estava condenado a asfixiar-se dentro de suas próprias fronteiras a menos que encontrasse uma saída através de conquistas coloniais.

No Japão, o crescimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações econômicas capitalistas não resultaram, como nos países do Ocidente, na emergência de uma superestrutura social e política correspondente. A transição da sociedade feudal para a capitalista ocorreu sem uma revolução, e a burguesia, portanto, não enfrentou a necessidade de derrubar as velhas instituições de poder para substituí-las por outras novas. Emergente das fileiras da nobreza feudal e da casta guerreira samurai, a burguesia adaptou as velhas instituições, com algumas modificações, aos requisitos dos novos sistemas de exploração capitalista. Antigas instituições feudais, incluindo uma monarquia “divina”, uma casta militar semi-independente e formas de exploração semifeudais, coexistiram com um parlamento “democrático” e poderosos consórcios industriais e financeiros.